

Sobretudo, por ser a produção de leite historicamente relacionada, numa média de 70% da produção nacional, a pequenos produtores, ainda que ultimamente tenha crescido relativamente bem a participação de médios e grandes produtores.

Todavia, a cadeia láctea por não estar presente no mercado externo sofre com oscilações bruscas de preços os quais ainda dependem de políticas públicas, que na maioria das vezes, sofrem pelas instabilidades da renda do consumidor e, das fortes oscilações quantitativas das importações, muitas vezes utilizadas como ferramenta política pelos governos para diminuir impactos inflacionários dos preços dos lácteos nos índices de inflação, visto a alta participação dos lácteos na cesta de produtos básicos da população.

A transformação da agricultura foi impulsionada por políticas estruturadas em quatro pilares principais: **financiamento** (com o Plano Safra e o Crédito Rural), **pesquisa** (liderada pela Embrapa), **investimentos** em infraestrutura de escoamento e uma crescente agenda de **sustentabilidade**.

Enquanto isso, a cadeia do leite, mesmo tendo expandido sua produção e industrialização de forma significativa, somente a partir de 2015 sua produtividade cresceu, ainda que de forma insuficiente. A principal causa foi a falta de políticas públicas específicas para remover os entraves ao seu desenvolvimento.

A mais significativa demonstração da sensibilidade da cadeia láctea à política públicas, ocorreu quando o leite e seus derivados foram incluídos na política tributária não cumulativa de Pis e Cofins, a partir de 2003, com alíquotas zero e crédito presumido para a compra do leite do produtor e também quando partir de 2015 criou-se o programa "Mais Leite Saudável".

Este programa permitiu que indústrias destinassem parte de seus créditos presumidos de PIS e Cofins a projetos aprovados pelo Ministério da Agricultura de apoio ao desenvolvimento do produtor. A medida teve um impacto relevante, especialmente para os pequenos produtores – que são socialmente relevantes e respondem hoje, por cerca de 50% da produção nacional. Esse segmento, que historicamente tem menor capacidade de investimento, conseguiram ter mais acesso a tecnologias de processo, gestão, reprodução, alimentação e conforto animal por meio de assistência técnica.

Contudo, a pecuária leiteira ainda enfrenta desafios mais complexos do que a produção de grãos. Enquanto os grãos foram impulsionados principalmente pela demanda externa, o leite é um produto voltado para o mercado interno e com produtividade menos competitiva para a exportação. Fatores estruturais, econômicos, de mercado e as frequentes importações – que oferecem preços mais baixos ao consumidor – criam um ambiente desafiador para essa cadeia e para os governos.

Atualmente, o desafio se intensifica. Empresas de alimentação e o grande varejo passaram a importar diretamente, deslocando parte de seu abastecimento para o mercado internacional. Esse movimento exclui, em grande parte, as empresas de laticínios nacionais de suas aquisições, visto que não conseguem competir com as importações, devido à menor produtividade da produção interna.

Representações de diversos segmentos da cadeia láctea, nos últimos anos, como é o caso da Associação Brasileira das Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios - G100, dentre outras, apresentaram aos Governos sugestões voltadas ao estabelecimento de políticas de incentivo à produção competitiva, através de programas estruturantes de políticas públicas para a cadeia láctea. Essas sugestões foram entregues em mãos aos Senhores Ministros da Agricultura; Indústria e Comércio e Serviços; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Social.

Até o momento as representações da cadeia láctea não receberam dos governos passados ou presente, respostas às reivindicações de políticas públicas estruturantes necessárias para elevar a produtividade da cadeia láctea aos níveis dos grãos ou da carne. As sugestões apresentadas foram amplamente debatidas no âmbito da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite no Ministério da Agricultura.

Não se conhece retornos às reivindicações que possibilitasse a continuação do debate a respeito das reivindicações estruturantes.

As medidas mais recorrentes de governos tem sido conjunturalistas que não tem a força de uma política que desenvolve de forma concreta todos os segmentos produtivos da cadeia láctea no sentido de crescimento da produção e estabilidade econômica com vista ao desenvolvimento encadeado dos segmentos da cadeia produtiva do leite, levando aos consumidores ofertas competitivas capazes de minimizar os efeitos deletérios das políticas consentidas de importações.